

10 - FINANÇAS PÚBLICAS

De janeiro a dezembro de 2002, a arrecadação das Receitas Administradas pela SRF atingiu a cifra de R\$ 232,71 bilhões, o que representa um crescimento nominal de 23,26% e real de 8,75%, em relação ao ano de 2001.

Ao longo do ano de 2002, ocorreram arrecadações extras significativas, especialmente as decorrentes de medidas legais editadas com o objetivo de estimular o pagamento e facilitar a cobrança dos débitos em atraso - na maioria dos casos sem contrapartida no ano anterior. Tais medidas produziram um adicional de R\$ 25,5 bilhões na arrecadação de 2002, relativamente a 2001, e explicam, em grande parte, o crescimento real de 8,75% acima apontado.

O excedente de arrecadação verificado em 2002 foi fundamental para o equilíbrio geral das contas públicas e representou uma parcela importante do superávit primário realizado pela União. Representou ainda um aporte significativo de receitas para os demais entes da Federação (Estados e Municípios), via transferências constitucionais de receitas.

Na área aduaneira, a Receita Federal foi responsável em 2002 pelo desembaraço de cerca de 1,14 milhões de Declarações de Importação (DI) e aproximadamente 909,1 mil Declarações de Despacho de Exportação (DDE). A essas declarações corresponderam cerca de 94,0 milhões de toneladas de produtos importados, no valor total FOB de US\$ 47.241 milhões, e 295,1 milhões de toneladas de produtos exportados, no valor total FOB de US\$ 60.361 milhões.

A atuação da SRF na área do controle aduaneiro tem um reflexo relevante para a sociedade e o país, sob a forma de defesa permanente dos interesses da economia nacional e da saúde e segurança da população, pelo combate permanente ao contrabando, ao descaminho e a outras irregularidades causadoras de desequilíbrios nas condições de concorrência econômica ou de riscos à população.

10.1 - Arrecadação e Cobrança

A arrecadação bruta dos impostos e contribuições administrados pela Receita Federal atingiu, em 2002, o valor de R\$ 232.711 milhões o que significa um acréscimo de 5,75% em relação ao valor previsto, para o ano, de R\$ 220.068 milhões estabelecido no Decreto nº 4.120, de 07/02/02.

Esse resultado é decorrente, principalmente, de receitas extraordinárias conseguidas em 2002 por intermédio de atos legais visando a recuperação dos débitos em atraso.

A seguir, quadro comparativo entre o valor realizado, em 2002, e a previsão estabelecida para o ano, por tributo, destacando os valores efetivos e valores extras não incluídos na previsão.

DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO DA RECEITA ADMINISTRADA PELA SRF EM RELAÇÃO À PREVISÃO

R\$ MILHÕES

RECEITAS	PREVISÃO (Dec. 4.120/02) [A]	ARRECADAÇÃO			DIFERENÇA			
		REALIZADA [B]	ATÍPICOS* [C]	S/ ATÍPICOS [D]=[B]-[C]	ABSOLUTA		RELATIVA	
					[B]-[A]	[D]-[A]	[B]/[A]%	[D]/[A]%
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	9.396	7.970	-	7.970	(1.426)	(1.426)	(15,17)	(15,17)
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	84	76	-	76	(8)	(8)	(9,58)	(9,58)
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	21.899	19.798	36	19.762	(2.101)	(2.137)	(9,59)	(9,76)
I.P.I. - FUMO	2.066	1.923	-	1.923	(143)	(143)	(6,92)	(6,92)
I.P.I. - BEBIDAS	2.036	1.795	-	1.795	(241)	(241)	(11,83)	(11,83)
I.P.I. - AUTOMÓVEIS	3.106	2.664	36	2.628	(442)	(478)	(14,22)	(15,39)
I.P.I. - VINCULADO À IMPORTAÇÃO	6.185	4.888	-	4.888	(1.297)	(1.297)	(20,97)	(20,97)
I.P.I. - OUTROS	8.506	8.528	-	8.528	22	22	0,25	0,25
IMPOSTO SOBRE A RENDA	75.418	85.802	9.215	76.587	10.385	1.170	13,77	1,55
I.R. - PESSOA FÍSICA	4.256	4.461	89	4.372	205	116	4,81	2,72
I.R. - PESSOA JURÍDICA	27.712	33.893	5.707	28.186	6.181	475	22,31	1,71
I.R. - RETIDO NA FONTE	43.450	47.448	3.419	44.029	3.999	579	9,20	1,33
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO TRABALHO	20.704	22.479	250	22.229	1.775	1.525	8,57	7,37
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL	15.695	16.361	2.463	13.898	667	(1.797)	4,25	(11,45)
I.R.R.F. - REMESSAS PARA O EXTERIOR	4.219	5.371	408	4.963	1.153	745	27,32	17,66
I.R.R.F. - OUTROS RENDIMENTOS	2.832	3.237	298	2.938	404	106	14,27	3,74
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	3.956	4.023	19	4.004	67	48	1,69	1,22
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	245	245	-	245	0	0	0,15	0,15
CPMF - CONTRIB. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	19.728	20.368	490	19.878	639	149	3,24	0,76
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	51.215	52.266	1.452	50.814	1.051	(402)	2,05	(0,78)
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	12.582	12.870	272	12.598	288	16	2,29	0,13
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	10.936	13.363	2.213	11.150	2.427	214	22,19	1,96
CIDE - COMBUSTÍVEIS	6.640	7.241	-	7.241	601	601	9,06	9,06
CONTRIB. P/ PLANO SEG. SOCIAL SERVIDORES	4.113	4.424	-	4.424	311	311	7,57	7,57
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF	392	339	-	339	(53)	(53)	(13,59)	(13,59)
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	1.993	2.573	538	2.035	580	41	29,08	2,07
SUBTOTAL [A]	218.597	231.358	14.235	217.123	12.761	(1.474)	5,84	(0,67)
REFIS [B]	1.470	1.353	75	1.278	(117)	(192)	(7,97)	(13,07)
RECEITA ADMINISTRADA [C]=[A]+[B]	220.068	232.711	14.310	218.401	12.644	(1.666)	5,75	(0,76)

(*) Excluídos os valores de arrecadação atípica já incluídos na previsão.

Os principais benefícios tributários aprovados em 2001 e relacionados no quadro em anexo, geraram um montante de renúncia fiscal estimado, para 2002, em R\$ 1.953.352 mil.

PARÂMETROS SPE – 2002

PARÂMETROS BÁSICOS	VARIAÇÃO PERCENTUAL (MÉDIA)		[B]/[A]%
	DECRETO 4.120/02 (PAR. 09/01/02) [A]	EFETIVA [B]	
IGP-DI (MÉDIO)	7,64	13,51	5,45
TAXA DE CâMBIO	6,05	24,28	17,20
TAXA DE JUROS OVER	1,43	10,69	9,13
TJLP	(1,05)	4,02	5,13
PIB	2,50	1,60	(0,88)
MASSA SALARIAL	6,69	7,64	0,90
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	20,05	6,74	(11,08)
INDÚSTRIA (PREÇO)	8,04	14,79	6,25
INDÚSTRIA (QUANTIDADE)	2,02	1,55	(0,47)
FUMO (QUANTIDADE)	2,96	(5,94)	(8,65)
BEBIDAS (QUANTIDADE)	1,43	0,62	(0,80)
VEÍCULOS (PREÇO)	4,25	6,47	2,13
VEÍCULOS (QUANTIDADE)	10,05	(2,63)	(11,52)
VALOR DAS IMPORTAÇÕES	4,05	(17,30)	(20,52)
BASE CPSSS	7,81	11,68	3,59
FOLHA DE PAGAMENTO FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS - UNIÃO	7,81	13,86	5,61

BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS APROVADOS EM 2001

UNIDADE: R\$ MILHARES

BENEFÍCIO	VALOR ESTIMADO
1. IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO	359.997
LEI 10.182/01 – MONTADORAS	359.997
2. IPI - OPERAÇÕES INTERNAS	1.400.000
LEI 10.176/01 – INFORMÁTICA	1.400.000
3. PIS/PASEP	27.060
LEI 10.312/01 – TERMOELETRICIDADE	993
LEI 10.336/01 – PETROQUÍMICA	26.067
4. COFINS	166.295
LEI 10.312/01 – TERMOELETRICIDADE	45.984
LEI 10.336/01 – PETROQUÍMICA	120.311
TOTAL	1.953.352

Cabe ressaltar que esses valores foram considerados na previsão de arrecadação para o ano de 2002 e, portanto, não afetaram as metas de resultados fiscais estabelecidas para esse ano.

10.2 – Análise da Programação e Execução Financeira do Tesouro Nacional

10.2.1 – O Ordenamento Jurídico do Sistema de Programação Financeira

O Sistema de Administração Financeira Federal regulamentado pelo Decreto nº 3.590, de 6 de setembro de 2000, visa o equilíbrio econômico-financeiro do Governo Federal, dentro dos limites da receita e despesa públicas, e compreende entre suas atividades a programação financeira da União.

Cabe à Secretaria do Tesouro Nacional o papel de órgão central do referido sistema, e às unidades de programação financeira dos Ministérios, da Advocacia-Geral da União, da Vice-Presidência e da Casa Civil da Presidência da República e aos órgãos equivalentes dos Poderes Legislativo e Judiciário, o papel de órgãos setoriais.

Conforme dispõe o § 1º do art. 3º do Decreto n.º 3.590/2000, as atividades de programação financeira compreendem a formulação de diretrizes para descentralização de recursos financeiros aos órgãos setoriais de programação financeira e destes para as unidades gestoras sob sua jurisdição e a gestão da Conta Única do Tesouro Nacional, objetivando assegurar às unidades gestoras, no limite da programação financeira aprovada, disponibilidade de recursos para execução de seus programas de trabalho, bem como manter o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada.

Compete ao órgão central, entre outras atribuições, zelar pelo equilíbrio financeiro do Tesouro Nacional; elaborar e executar a programação financeira da União; gerenciar a Conta Única; subsidiar a formulação da política de financiamento da despesa pública; exercer as atividades de orientação, acompanhamento e gestão de haveres e responsabilidades da União; e editar normas sobre a programação financeira e a execução orçamentária e financeira. Compete aos órgãos setoriais a elaboração da programação financeira dos órgãos e entidades vinculadas, e as atividades de coordenação, orientação e acompanhamento de programação e execução.

A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece as normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas; obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita; geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras; dívidas consolidada e mobiliária; operações de crédito, inclusive por antecipação de receita; concessão de garantia; e despesas de restos a pagar.

As leis de diretrizes orçamentárias estabelecem as regras para a elaboração do orçamento, e as leis orçamentárias anuais viabilizam a realização anual dos programas constantes do PPA, mediante a quantificação das metas e a alocação de recursos para as ações orçamentárias.

O Decreto n.º 825, de 28 de maio de 1993, define as diretrizes para a programação e execução orçamentária e financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social e estabelece como prioridade os pagamentos de despesas na seguinte ordem:

- I. Pessoal e encargos sociais;
- II. Aposentadorias e pensões da Previdência Social;
- III. Serviço da dívida pública federal; e
- IV. Contrapartida de empréstimos externos.

A inscrição de valores em Restos a Pagar ao final do exercício de 2002 esteve disciplinada pelo contido no art. 68 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e pelos Decretos nº 4.526, de 18 de dezembro de 2002, e nº 4.561, de 31 de dezembro de 2002.

10.2.2 – Os Instrumentos de Programação e Execução Orçamentária e Financeira

Em cumprimento ao disposto no art. 8º da Lei n.º 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Programação e Execução Orçamentária e Financeira, no exercício de 2002, dos órgãos, dos fundos e das entidades do Poder Executivo foi disciplinada pelo Decreto n.º 4.120, de 07 de fevereiro de 2002.

Objetivando compatibilizar a realização da receita e a execução da despesa com as metas de resultado primário estabelecidas na Lei n.º 10.266, de 24 de julho de 2001 (Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002), foram definidos limites para a movimentação e empenho e de pagamento dos grupos “outras despesas correntes” e “investimento”, “inversões financeiras” dos órgãos do Poder Executivo e respectivos restos a pagar de exercícios anteriores.

O cronograma anual de desembolso estabelecido pelo Decreto n.º 4.120, de 07 de fevereiro de 2002, obedeceu aos seguintes critérios:

- a) a execução das despesas dos grupos “outras despesas correntes”, “investimento” e “inversões financeiras” dos órgãos do Poder Executivo, constantes da Lei Orçamentária Anual, foi limitada, visando adequar o nível da despesa do exercício às metas de resultado fiscal estabelecidas;
- b) foram fixados limites para execução orçamentária, movimentação e empenho, em montantes inferiores aos limites de pagamento das citadas despesas, de forma a permitir a redução na inscrição dos restos a pagar ao final do exercício de 2002;
- c) os limites englobaram as fontes de recursos do Tesouro Nacional e próprias dos órgãos do Poder Executivo do Governo Federal;
- d) os anexos financeiros distinguiram os recursos de fontes financeiras das não-financeiras, visando propiciar um melhor gerenciamento das prioridades setoriais no que diz respeito às operações de crédito e à qualidade do superávit primário;
- e) no sentido de aprimorar o sistema de planejamento do governo federal, foi definido um rol de programas estratégicos, aos quais se confere prioridade na execução, assegurada por intermédio da utilização de mecanismos adicionais de gestão do fluxo financeiro;
- f) foi mantido um anexo específico para o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (Anexo VII).

Além desses itens, estiveram fora da limitação de movimentação e empenho e de pagamento os valores destinados às despesas: referentes às transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios por repartição da receita; relativas aos grupos de despesa: *pessoal e encargos sociais*; *juros e encargos da dívida*; e *amortização da dívida*; relativas a órgãos e fontes de recursos não integrantes dos Anexos referidos no **caput** deste artigo; destinadas aos pagamentos: do Seguro Desemprego e do Abono Salarial; do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS; de sentenças judiciais transitadas em julgado; e dos benefícios previdenciários e dos benefícios da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS; destinadas à complementação, por parte da União, ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF; destinadas à formação de estoques públicos e às subvenções econômicas, a cargo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Operações Oficiais de Crédito; relativas a despesas financeiras, descritas no Anexo IX deste Decreto; destinadas às subvenções ao preço e ao transporte do álcool combustível e subsídios ao preço do gás liquefeito de petróleo - GLP; destinadas ao financiamento de que trata o § 1º do art. 239 da Constituição; relativas à entrega de recursos a unidades federadas e seus Municípios, na forma e condições da Lei Complementar n.º 87, de 13 de setembro de 1996; à conta de recursos de doações; destinadas ao complemento da atualização monetária dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, conforme Lei Complementar n.º 110, de 29 de junho de 2001; destinadas aos financiamentos no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste com mecanismo de conversibilidade em ação; relativas às despesas no âmbito do Órgão 71 - Encargos Financeiros da União; destinadas às despesas constantes da Programação da Unidade Orçamentária 25207 - Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO.

Ao longo do exercício de 2002, foram efetuados vários ajustes nos limites de movimentação e empenho e de pagamento dos diversos órgãos do Poder Executivo, no intuito de evitar prejuízos ao desenvolvimento

das ações prioritárias do Governo, sem, contudo, comprometer as metas fiscais, e tendo em vista as necessidades e peculiaridades de cada órgão. Para esse fim foram editados novos Decretos, Portarias Interministeriais e Portarias dos Ministros da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Vale ressaltar os principais fatores que provocaram impactos, tanto do lado das despesas, como também do lado das receitas, justificando nas avaliações bimestrais a necessidade de se promover alterações nos limites estabelecidos, dentre outros: a não aprovação da contribuição previdenciária dos servidores inativos; frustração na arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF, decorrente de atraso na aprovação da prorrogação desta contribuição; ocorrência de arrecadações extras, principalmente as provenientes de medidas legais com o objetivo de cobrança de débitos em atraso, por meio das Medidas Provisórias n.º 38/02, n.º 66/02 e n.º 75/02, além da variação cambial ocorrida em outubro, provocando uma ampliação na arrecadação em operações de SWAP e em fundos de renda fixa.

10.2.3 – A Execução Financeira

A execução financeira do Tesouro Nacional, incluindo o pagamento de juros, apresentou, no exercício de 2002, superávit nominal de caixa da ordem de R\$ 31,3 bilhões, resultante do ingresso de receitas no montante de R\$ 369,3 bilhões e de desembolsos de R\$ 338,0 bilhões. Foram excluídas, na apuração deste resultado, as emissões e os resgates de títulos da dívida mobiliária federal junto ao mercado, as receitas decorrentes da renegociação da dívida externa, gastos com a amortização das dívidas contratuais interna e externa, despesas com aquisição de garantias referentes ao refinanciamento dos débitos externos, assim como receitas e despesas provenientes do relacionamento entre o Tesouro Nacional e o Banco Central, cujo resultado foi superavitário em R\$ 42,3 bilhões.

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOIRO NACIONAL

R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO	JAN – DEZ 2001	JAN – DEZ 2002
FLUXO FISCAL		
I. RECEITAS	272.109,0	369.289,4
I.1 - Recolhimento Bruto	191.549,3	236.652,7
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	-230,5	-249,3
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	9.720,5	11.175,8
I.4 - Receita das Operações de Crédito	3.534,6	2.283,1
I.5 - Receita do Salário Educação	1.474,3	1.716,8
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	65.994,2	70.929,6
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	66,6	41.085,1
II. DESPESAS	283.751,1	338.009,5
II.1 - Liberações Vinculadas	54.748,4	65.606,7
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	38.813,6	47.421,8
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	3.100,3	4.284,8
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	3.581,5	3.952,6
II.1.4 - Outras Vinculações	9.253,0	9.947,4
II.2 - Liberações Ordinárias	229.002,7	272.402,9
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	63.347,1	72.875,1
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	16.892,7	19.655,2
i) Dívida Contratual Interna	3.178,6	2.242,3
ii) Dívida Contratual Externa	13.714,0	17.412,9
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	21.517,2	27.006,9
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	75.423,2	90.696,5
II.2.5 - Custeio e Investimento	47.369,0	58.376,2
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	4.453,6	3.793,1
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOIRO (I - II)	-11.642,1	31.279,8
FLUXO DE FINANCIAMENTO		
IV. RECEITAS	206.345,4	210.803,0
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	188.735,8	199.014,9
IV.2 - Outras Operações de Crédito	17.609,6	11.788,1
V. DESPESAS	165.292,2	213.002,8
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	146.968,3	196.138,7
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	18.323,8	16.864,0
V.2.1 - Dívida Interna	6.427,4	2.345,5
V.2.2 - Dívida Externa	11.896,4	14.518,5
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	41.767,4	2.876,2
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOIRO/BACEN	8.854,7	13.226,2
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	38.265,9	42.306,3

Fonte: MF/ STN

10.2.4 – Execução da Programação Financeira de Desembolso, por órgão

A programação financeira de desembolso, por órgão, foi estabelecida pelo Decreto n.º 4.120, de 07 de fevereiro de 2002. A tabela a seguir apresenta a execução dos valores programados por órgão no exercício de 2002.

DEMONSTRATIVO DOS VALORES DESEMBOLSADOS POR ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - JANEIRO A DEZEMBRO - 2002

R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO		PESSOAL	CUSTEIO E INVESTIMENTO	TOTAL
01000	CÂMARA DOS DEPUTADOS	1.451.519	352.409	1.803.928
02000	SENADO FEDERAL	1.017.241	233.346	1.250.588
03000	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	497.852	54.370	552.223
10000	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	111.919	55.690	167.609
11000	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	316.266	61.394	377.660
12000	JUSTIÇA FEDERAL	2.860.603	1.313.066	4.173.670
13000	JUSTIÇA MILITAR	131.493	16.918	148.411
14000	JUSTIÇA ELEITORAL	1.232.886	604.599	1.837.486
15000	JUSTIÇA DO TRABALHO	4.528.396	370.862	4.899.259
16000	JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	439.044	71.656	510.701
20101	GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	306.401	1.104.931	1.411.332
20102	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	2.395	1.875	4.270
20114	ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	98.367	50.587	148.954
22000	MIN. DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	1.667.347	1.864.569	3.531.916
24000	MINISTERIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	597.164	1.407.546	2.004.711
25000	MINISTÉRIO DA FAZENDA	9.142.288	63.563.052	72.705.340
26000	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	8.679.555	10.939.309	19.618.864
28000	MIN. DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMÉRCIO	154.237	813.703	967.939
30000	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	2.351.758	1.242.727	3.594.484
32000	MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	224.239	6.829.334	7.053.573
33000	MIN.DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.772.861	94.548.735	99.321.596
34000	MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	955.447	164.242	1.119.690
35000	MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	638.129	807.460	1.445.589
36000	MINISTÉRIO DA SAÚDE	5.470.208	21.722.676	27.192.883
38000	MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	1.004.780	13.881.724	14.886.504
39000	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	1.677.265	4.668.631	6.345.897
41000	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	594.242	348.541	942.783
42000	MINISTÉRIO DA CULTURA	125.148	181.543	306.691
44000	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	380.638	507.696	888.333
47000	MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	996.048	421.857	1.417.905
49000	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	366.127	1.575.503	1.941.630
51000	MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO	23.650	614.431	638.081
52000	MINISTÉRIO DA DEFESA	21.333.127	5.466.843	26.799.970
53000	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	350.204	4.647.531	4.997.735
TOTAL		74.498.847	240.509.358	315.008.205

Fonte: SIAFI Gerencial

Obs.: - Inclui recursos de todas as fontes;

- Inclui transferências constitucionais e legais para estados e municípios e pagamentos de benefícios previdenciários.

10.2.5 – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF

A Emenda Constitucional n.º 12, de 15 de agosto de 1996 outorgou competência à União para instituir contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos de natureza financeira. Assim, por intermédio da Lei n.º 9.311, de 24 de outubro de 1996, foi criada a Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira – CPMF, para vigorar por dois anos.

O produto da arrecadação da referida contribuição foi destinado inicialmente ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamento das ações e serviços de saúde, sendo que sua entrega obedecia aos prazos e condições estabelecidos para as transferências de que trata o art. 159 da Constituição. A Lei n.º 9.539, de 12 de dezembro de 1997 ampliou o prazo de vigência da CPMF por vinte e quatro meses, contado a partir de 23 de janeiro de 1997.

A alíquota de contribuição estabelecida em vinte centésimos por cento foi alterada para trinta e oito centésimos por cento pela Emenda Constitucional n.º 21, de 18 de março de 1999, que também prorrogou o prazo de vigência por mais vinte e quatro meses e destinou a parcela decorrente dessa alteração da alíquota, nos exercícios de 1999, 2000 e 2001, ao custeio da previdência social.

A alíquota de trinta e oito centésimos por cento vigorou até junho de 2000, passando em seguida para trinta centésimos por cento. A Emenda Constitucional n.º 31, de 14 de dezembro de 2000, (publicada no DOU de 18/12/2000), elevou a alíquota novamente para trinta e oito centésimos por cento, destinando a parcela adicional de oito centésimos por cento ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, cujos efeitos ocorreram noventa dias após a publicação da Emenda Constitucional citada.

Do valor total da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), a legislação previu a destinação de parcela ao Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) nos exercícios de 1997 a 1999 e, posteriormente, a desvinculação de receitas da União (DRU) nos exercícios seguintes, em ambos os casos no percentual de 20%. Os valores desvinculados foram consignados nos gastos previstos em Lei.

A Emenda Constitucional n.º 37, de 12 de junho de 2002, que altera os arts. 100 e 156 da Constituição Federal e acrescenta os arts. 84, 85, 86, 87 e 88 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogou até 31 de dezembro de 2004 a vigência da CPMF, mantendo a alíquota de trinta e oito centésimos nos exercícios de 2002 e 2003 e alterando para oito centésimos por cento no exercício financeiro de 2004, quando será integralmente destinada ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

O Decreto n.º 4.296, de 10 de julho de 2002 disciplinou a não-incidência da CPMF nas hipóteses de que trata o art. 85 do Ato das Disposições Transitórias, com efeitos a partir de 13 de julho de 2002. Dessa forma, a CPMF passou a não incidir nos lançamentos em contas correntes de depósito, especialmente abertas e exclusivamente utilizadas para operações de: 1- câmaras e prestadoras de serviços de compensação e de liquidação de que trata o parágrafo único do art. 2º da Lei n.º 10.214, de 27 de março de 2001, em operações relativas à transferência de fundos, de títulos, de valores mobiliários e de outros ativos financeiros, inclusive moedas estrangeiras ou documentos representativos dessas moedas; e 2 - companhias securitizadoras de que trata a Lei n.º 9.514, de 20 de novembro de 1997, e sociedades anônimas que tenham por objeto exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas no mercado financeiro, em operações relativas à: a) captação de recursos por meio de emissão de títulos e valores mobiliários; b) resgates, recompras e outras obrigações decorrentes da emissão de que trata a alínea “a”; c) cessão e aquisição de direitos de crédito; e d) aplicação de recursos nos mercados de renda fixa e de renda variável.

Além dessas operações, a CPMF não incide: 1 – nos lançamentos em contas correntes de depósitos relativos a operações com ações, realizadas em recintos ou sistemas de negociação de bolsas de valores e no mercado de balcão organizado; 2 – nos lançamentos em contas correntes de depósitos relativos a contratos referenciados em ações ou índices de ações, em suas diversas modalidades, negociados em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros; e 3 – nos lançamentos em contas de investidores estrangeiros, relativos a entrada no País e a remessas para o exterior de recursos financeiros empregados, exclusivamente, em operações e contratos referidos nos incisos I e II.

No exercício de 2002, a arrecadação da CPMF alcançou o montante de R\$ 20,3 bilhões, tendo sido destinada da seguinte forma: parcela de R\$ 3,2 bilhões desvinculada nos termos da Emenda Constitucional n.º 27, de 21 de março de 2000; R\$ 8,5 bilhões destinados ao Fundo Nacional de Saúde; R\$ 4,3 bilhões ao custeio da previdência social e R\$ 4,3 bilhões ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

DEMONSTRATIVO DOS VALORES ARRECADADOS DA
CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE A MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA – CPMF

R\$ mil	
VALORES ARRECADADOS EM 2002	20.290.003
Parcela desvinculada nos termos da EC n.º 27/2000 - DRU	3.203.687
Parcela destinada ao Fundo Nacional de Saúde	8.543.158
Parcela destinada ao Custeio da Previdência Social	4.271.579
Parcela destinada ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza	4.271.579

Fonte: SIAFI

A execução da fonte 155 – Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira - CPMF, e sua correspondente incorporação de saldo de exercício anterior no âmbito do Fundo Nacional de Saúde e do custeio da Previdência Social, apresentou a seguinte destinação por programa no exercício de 2002:

EXECUÇÃO DA FONTE 155 - CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE A MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA
E SUA CORRESPONDENTE INCORPORAÇÃO DE SALDO DE EXERCÍCIO ANTERIOR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - JANEIRO A DEZEMBRO - 2002

R\$ mil	
FUNÇÃO/PROGRAMA	VALOR
1. Previdência Social	2.385.652
1.1 Previdência Social Básica	2.385.652
2. Saúde	10.850.859
2.1 - Saúde da Família	1.582.726
2.2 - Prevenção e Controle de Doenças Transmissíveis por Vetores	275.694
2.3 - Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de Doenças	99.000
2.4 - Qualidade e Eficiência do SUS	11.388
2.5 - Assistência Farmacêutica	83.065
2.6 - Qualidade do Sangue	57.000
2.7 - Alimentação Saudável	26.818
2.8 - Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços	35.769
2.9 - Prevenção e Controle do Câncer e Assistência Oncológica	18.000
2.10-Gestão da Política de Saúde	9.206
2.11-Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar	8.361.340
2.12-Apoio Administrativo	290.573
2.13-Valorização do Servidor Público	281
TOTAL	13.236.511

Fonte: SIAFI Gerencial

10.2.6 - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza

Criado pelo art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vigorar até o ano de 2010, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza foi regulamentado pela Lei Complementar n.º 111, de 6 de julho de 2001, e seus recursos são destinados a ações suplementares de nutrição, habitação, saúde, educação, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida.

A Lei n.º 10.407, de 10 de janeiro de 2002, e seus créditos adicionais, autorizou a realização de despesas à conta da arrecadação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza até o montante de R\$ 4,3 bilhões,

tendo sido executado 77,5 % desse valor, correspondente à R\$ 3,3 bilhões, conforme demonstrado na tabela seguinte.

EXECUÇÃO DAS FONTES 145 E 179 - RECURSOS DO FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - JANEIRO A DEZEMBRO - 2002

	R\$ mil
FUNÇÃO/PROGRAMA	VALOR
1. Administração	20.523
1.1 - Desenvolvimento da Amazônia Legal	843
1.2 - Gestão da Política de Integração Nacional	9.353
1.3 - Desenvolvimento da Região Nordeste	10.327
2. Segurança Pública	157.513
2.1 - Defesa Civil	157.513
3. Assistência Social	960.718
3.1 – Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência	70.052
3.2 - Valorização e Saúde do Idoso	29.878
3.3 – Atenção a Criança	220.126
3.4 - Erradicação do Trabalho Infantil	527.881
3.5 - Brasil Jovem	56.229
3.6 - Direitos Humanos, Direitos de Todos	46.418
3.7 – Proágua – InfraEstrutura	10.134
4. Saúde	693.092
4.1 - Alimentação Saudável	152.000
4.2 - Saneamento Básico	441.092
4.3 - Saúde da Família	100.000
5. Educação	2.057.635
5.1 - Toda Criança na Escola	1.657.635
5.2 - Desenvolvimento do Ensino Médio	400.000
6. Direitos da Cidadania	45.841
6.1 - Etnodesenvolvimento das Sociedades Indígenas	23.350
6.2 - Território e Cultura Indígenas	22.491
7. Agricultura	179.339
7.1 - Agricultura Familiar – PRONAF	179.339
8. Organização Agrária	135.235
8.1 - Educação de Jovens e Adultos	7.290
8.2 - Novo Mundo Rural: Assentamento de Trabalhadores Rurais	78.981
8.3 - Novo Mundo Rural: Consolidação de Assentamentos	48.964
9. Energia	28.297
9.1 - Energia das Pequenas comunidades	28.297
10. Trabalho	14.037
10.1- Organização Produtiva de comunidades pobres - PRONAGER	14.037
TOTAL	4.292.230

Fonte: SIAFI Gerencial